

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM GERÊNCIA EM SAÚDE

Thais Salvina dos Santos

FEMINISMO NEGRO: HISTÓRIA, TRAJETÓRIA E LUTA

Rio de Janeiro

2015

Thais Salvina dos Santos

FEMINISMO NEGRO: HISTÓRIA, TRAJETÓRIA E LUTA

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio –
Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como
requisito final para aprovação no Curso Técnico
em Gerência em Saúde.**

Orientador(a): Valéria Carvalho

Rio de Janeiro

2015

O pensamento feminista negro seria um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu, da comunidade e da sociedade (...)ele envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem .

- Patrícia Hill Collins

AGRADECIMENTOS

Começo meus agradecimentos a três pessoas insubstituíveis. Meus pais e minha irmã foram de extrema importância para o desenvolvimento dessa monografia, na medida em que me apoiavam e incentivaram durante todo o processo, além deixarem que minhas responsabilidades nesse ano fossem apenas com os estudos. Ressalto a importância da minha mãe por ver nela uma guerreira que luta pelo seu espaço e que tanto me ensinou sobre o feminismo sem nem saber teoricamente do que se tratava.

Agradeço imensuravelmente a minha orientadora por todo aprendizado que me proporcionou. Mesmo com tantas atribuições, não deixou faltar espaço para que pudéssemos desenvolver um trabalho como esse e trocar ensinamentos acadêmicos e para a vida.

Agradeço aos meus amigos, boleketes, pelo apoio e por aguentarem meus diversos momentos de reclamação até a conclusão desse trabalho. Cada um de forma particular, contribuiu para o tema e também testando a minha militância.

Faço um agradecimento muito especial a Anna Violeta Durão, com quem pude compartilhar muito conhecimento sobre o tema e que também colaborou para o meu amadurecimento pessoal.

Agradeço a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV-Fiocruz) por me proporcionar um ensino tão diferenciado e satisfatório como o que eu tive. As experiências de como um conhecimento pode ser passado, tanto com a realização dessa monografia, bem como as diferentes formas de ter aula dentro e fora de uma sala, sei que não conseguiria encontrar em outro lugar como achei nesse ambiente.

RESUMO

Este projeto tem como objeto o movimento feminista negro no Brasil a partir de 1970, ano em que as mulheres negras expuseram seu descontentamento com a ausência e a falta de atenção dada as pautas das mulheres negras pelo movimento feminista. O objetivo dessa pesquisa é estudar como as militantes negras trouxeram para a pauta do movimento feminista a especificidade e os desafios que a questão racial coloca para esse movimento.

Palavras-chave: Racismo, feminismo, feminismo negro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 MOVIMENTO FEMINISTA HEGEMÔNICO.....	12
2 MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO	21
2.1 DIÁLOGO ENTRE OS FEMINISMOS.....	35
CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema o feminismo negro, um movimento voltado para a luta da mulher negra pela igualdade de gênero e contra o racismo, ainda presente na sociedade brasileira contemporânea. Pretende-se dedicar à reflexão sobre o movimento feminista negro no Brasil a partir de 1970 buscando compreender suas principais origens e pautas de luta.

O ano de 1970 foi tomado como marco, pois representou o momento em que militantes negras norte-americanas trouxeram à tona a necessidade de se olhar mais atentamente para as especificidades das questões enfrentadas pelas mulheres pretas – frente aos homens brancos e negros, assim como frente às mulheres brancas -, para as pautas das lutas, e refletir sobre suas reivindicações.

O *Black Feminist*¹ foi uma das principais expressões da consciência racial no interior do movimento feminista. As concepções teóricas do feminismo negro foram desenvolvidas principalmente, entre outras, pelas autoras Bell Hooks, Angela Davis, Patricia Hill Collins e Audre Lorde – que expunham a intersecção entre as categorias de raça e gênero como um fator que diferencia a experiência das mulheres e; a crítica ao chamado “feminismo branco”² em caráter prático e teórico, principalmente no reconhecimento da diversidade interna que o movimento comportava, bem como a questão racial.

A crítica feita por esse coletivo era direcionada de forma radical ao feminismo branco, de classe média e heteronormativo (Hirata, 2014). A questão racial não estava presente na pauta desse feminismo, as mulheres negras não se viam representadas nos discursos que desejavam espaço no mercado de trabalho, direito ao voto e a liberdade sexual.

A imagem e o papel da mulher negra foram construídos ao longo da história sempre em segundo plano. Se antigamente as mulheres negras trabalhavam para os senhores das lavouras e

¹ Movimento feminista negro que surgiu na década de 1970 nos Estados Unidos, no contexto posterior ao fortalecimento da luta contra o racismo. O movimento pelos direitos civis dos negros e das negras levou milhares de cidadãos às ruas das principais cidades americanas – como fazia o reconhecido Partido dos Panteras Negras.

² Ao tratar do “feminismo branco”, as militantes negras se referem ao feminismo que surgiu na virada do século XVIII para o século XIX, podendo ser considerado por alguns como um dos filhos indesejados da Revolução Francesa, pois “a esmagadora maioria dos revolucionários franceses manifestavam desinteresse, quando não hostilidade, pelos direitos da mulher”. O livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir a fez ser considerada a fundadora do movimento pelo feminismo contemporâneo. Na primeira fase do feminismo as questões levantadas estavam voltadas para a educação das mulheres, o direito ao voto e a igualdade no casamento. Na segunda fase do movimento, com o segundo volume do livro de Beauvoir, a pauta estava voltada para a objetivação da mulher. MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a Política. In: *Feminismo e Política*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

para as sinhás, hoje elas são as domésticas das mulheres liberadas para ir as ruas conquistar espaço no mercado de trabalho. Como Sueli Carneiro nos sugere:

“Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estão falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca” (CARNEIRO, s/d).

Na medida em que a literatura feminista negra começou a ganhar força, a expansão do conhecimento e reflexões desenvolvidas pelo olhar de mulheres negras - norte-americanas, canadenses e inglesas - chegaram ao continente que abriga um dos últimos países a acabar legalmente com a escravidão.

No Brasil, Lélia Gonzalez é um dos nomes de maior expressão do feminismo negro. De acordo com essa militante-pesquisadora, o feminismo negro no Brasil³ surgiu em meados da década de 1970 com a criação de centros culturais e de estudos voltados para a reflexão e debates sobre as raízes do povo negro (Gonzalez, 2009).

Contando com maior presença de jovens negros, alguns brancos e de alguns intelectuais que já estudavam a existência dessa parcela esquecida da sociedade, criaram-se grupos e organizações, como o Centro da Mulher Brasileira (CMB), que buscavam dar visibilidade à “questão feminina” negra e combater o papel subalterno dela na sociedade, herança do período colonial (VIANA, 2006, p. 211). Após os encontros do grupo “Jovens e valentes mulheres negras” é divulgado um documento denunciando o estereótipo de ser “objeto de produção ou de reprodução sexual” vinculado à mulher negra.

Segundo Viana (2010), alguns fatos vivenciados pelas mulheres e militantes negras evidenciam “como o diálogo com as feministas não negras e com o homem negro continuam, com o primeiro, distante e parcial, e, com o segundo, para alguns, tenso e machista” (pág.55). Destaca ainda, algumas questões levantadas por Glauca Matos Adeníké, no artigo “Marias e Antonias: um convite ao diálogo com o feminismo negro”, entre elas, o reconhecimento da contribuição do feminismo na “superação das desigualdades entre homens e mulheres”, na promoção de “auto-estima da mulher” e na sua influência positiva na “vida das mulheres negras no Brasil e no mundo”. Enfatiza, entretanto, que as “demandas” das mulheres negras e a “pauta de reivindicação” das feministas negras não são incorporadas pelo “discurso majoritário”, uma

³ No passado, o movimento feminista negro era nomeado como Movimento de Mulheres Negras.

vez que as últimas “têm ensinamentos e conhecimentos disponibilizados e construídos historicamente”. Crítica feita recorrentemente ao movimento feminista (apud Viana, 2010).

Para Lélia, o movimento não deveria se dividir frente ao “inimigo maior”: o mito da democracia racial brasileira. Mas, as pautas das mulheres negras não conseguiam ser discutidas no movimento negro e nem no movimento feminista branco. Desta forma, ao final de 1970, em busca de autônoma política e representação, as mulheres negras começaram a trilhar um caminho único, onde elas se representassem, para a construção do movimento feminista negro.

O I Seminário Nacional das Mulheres Negras propiciou uma definição unificada quanto à concepção de que o movimento de mulheres negras:

“deve ser autônomo, independente, composto por mulheres de diferentes setores (por exemplo, originários de movimentos como negro, sindical, popular, partidário). Deve estar articulado prioritariamente com o movimento negro e feminista, na medida em que estes incorporem e apoiem a luta de mulheres negras, mantendo sua especificidade”⁴.

Para fortalecer o movimento, a luta assumiu uma perspectiva internacionalista. Através de movimentos regionais na América Latina, Caribe e com mulheres negras dos países da Europa e dos Estados Unidos, participação em fóruns, conferências e outros eventos voltados para discussão da mulher negra, a partir de 1990, ano de realização da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, o debate sobre a questão racial pôde ser passado para outros movimentos, governos e a própria ONU a fim de incluir de vez esse tema na agenda política (Carneiro, S/D).

O debate internacional constatou a dificuldade de ser negra latino-americana numa sociedade pautada na identidade europeia imposta para esse povo. No 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, o dia 25 de julho foi definido como Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha. Para essas mulheres negras, essa data “significa o rompimento com um feminismo que nunca nos contemplou. Resgata a luta das mulheres negras da diáspora, iniciada ainda na década 70” (www.blogueirasnegras.org.br. Por que referenciamos o 25 de julho, dia da Mulher Afro-latino-americana e caribenha? por Luciane Reis)

Assim como outros movimentos sociais, o movimento feminista apresenta duas vertentes de luta contra o machismo e racismo. Enquanto uma acredita que é possível manter um diálogo com o movimento feminista buscando apoio e incorporação de sua pauta, como definido no I

⁴ RIBEIRO, Matilde. *Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing*. **Revista Estudos Feministas**, n.2, 2º semestre, p. 446-457, 1995.

Relatório Narrativo e Financeiro do I Seminário Nacional de Mulheres Negras, a outra vertente considera necessário “se libertar” do “feminismo que colocava a opressão de gênero como fator opressor prioritário para as mulheres, sem levar em conta as demandas das mulheres negras”, como citado acima.

As justificativas para a realização desse estudo estão relacionadas a questões pessoais, fruto de uma experiência machista que me levou a diversos questionamentos de por que as mulheres não podiam ter a mesma liberdade que os homens. Intrigada com isso, meu primeiro contato com o feminismo ocorreu pelas redes sociais, após encontrar páginas de discussões que compartilhavam questionamentos contra o patriarcado e sexismo ilustrando as mulheres sempre com um perfil europeu.

Alguns meses depois eu comecei a me questionar por que não havia nenhuma ilustração que representava as mulheres negras e suas questões. A história do negro sempre me interessou, pois diversas vezes era contada superficialmente e não relatava atrocidade que era cometido com os mesmos durante a escravidão. Ao propor o debate sobre negros e sobre o feminismo com a minha orientadora, ela me apresentou o movimento feminista negro, o que fez unir meus dois blocos de interesse em um único.

Quanto à relevância político-social da discussão, verificamos alguns avanços nas pautas do movimento no que diz respeito às mulheres brancas. No entanto, não podemos dizer o mesmo ao pensarmos na mulher negra. De forma ainda minoritária, as negras têm alcançado cargos e posições sociais antes ocupadas em maioria por brancas. Mas ainda assim, essas mulheres negras representam 55,3% no trabalho doméstico. No Estado de São Paulo, a população feminina negra representa 32,9% (IBGE/PNAD, 2009) sendo que dentro da Penitenciária Feminina de Sant’ana 56% das internas são mulheres negras (negras + pardas).

Essas situações representam como a relação de raça é um fator muito importante quando pensamos que representação o grupo de mulheres está tendo, quais pautas estão sendo consideradas mais relevantes e como as que não estão se colocam frente a isso. Pensar a igualdade de gênero tratando-se apenas da raça⁵ branca perpetua a condição subalterna da mulher negra na sociedade.

⁵ Raça tem sido, frequentemente, definida como um agrupamento, ou classificação, baseado em variações genéticas na aparência física, sobretudo na cor de pele. A maioria dos sociólogos (e biólogos) contesta a ideia de que raça biológica seja um conceito que significa alguma coisa, em especial virtude do imenso volume de cruzamentos que, ao longo da história, caracterizou a população humana. Ao invés disso, o consenso é que raça existe como um

Nesse sentido, esse estudo pretende dar luz a questões, como: Como o movimento feminista negro se organiza no Brasil? Quais são suas principais referências? Quais são suas principais pautas?

A monografia estará baseado na abordagem qualitativa. Usará como estratégias de pesquisa a revisão da literatura por meio da busca nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico, tendo como referência os descritores feminismo, feminismo negro, classe social, raça e gênero. Também fará uso da revisão documentos retirados de monografias, dissertações, sites e blog confiáveis, bem como livros e vídeos relacionados a temática.

No capítulo 1 pretende-se apresentar de uma forma geral o movimento feminista “branco” - surgido na virada do século XVIII para o século XIX – mostrar suas principais pautas e analisar como a questão racial foi tratada pelo mesmo. Entraremos em contato com os conceitos de classe, raça, gênero, identidade, movimento social, movimento feminista, movimento feminista negro e o mito da democracia racial.

No capítulo 2 o objetivo será analisar o surgimento do movimento feminista negro, tendo em vista compreender as motivações para o seu surgimento e as referências que ajudaram na construção desse coletivo. Será também analisar em que medida a pauta de luta das mulheres negras na contemporaneidade tem suas raízes e são ainda expressão da condição de vida das mulheres pretas ao longa da história?

O capítulo de conclusão terá um balanço que evidencie a importância do feminismo negro e como ele contribui para a “superação das desigualdade entre homens e mulheres”, na promoção de “auto-estima da mulher” e a na sua influência positiva na “vida das mulheres negras no Brasil e no mundo” (ADENUKÉ, 2007).

conjunto socialmente construído de categorias, usados sobretudo como fundamento para a desigualdade e a opressão social. Distinções como “branco” e “negro” pouca base tem em diferenças genéticas cientificamente identificáveis, embora possuam grande importância nas percepções, avaliações e comportamento de indivíduos em relação a outros. JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia*, 1995, pg. 188.

1 MOVIMENTO FEMINISTA HEGEMÔNICO

A desigualdade entre sexos na maioria das sociedades era considerada necessária para sobrevivência e progresso durante os séculos anteriores ao surgimento do movimento feminista. No contexto histórico que as sociedades viviam sobre influência da igreja e as doutrinas cristãs regiam a vida em grupo, a reprodução da dominação de homens sobre mulheres era naturalizada e aceita por todos, pois o homem era considerado superior à mulher, o responsável pela proteção da família, ensinar as normas e tradições, além do sustento de todos enquanto cabia as mulheres apenas a administração da casa e o cuidado das crianças.

A partir do surgimento do feminismo como movimento político e intelectual na virada do século XVIII para o século XIX, após a Revolução Francesa, as mulheres ainda não tinham um espaço maior que o da esfera doméstica. Segundo Rousseau, um dos maiores teóricos que impulsionou dessa Revolução, “a liberdade dos homens não incluem as mulheres, destinadas “naturalmente” ao enclausuramento na esfera doméstica” (MIGUEL, 2014, p. 20).

Em resposta ao descaso dos homens em relação à luta das mulheres pelos direitos políticos negados, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã⁶ apontava para o direito pela liberdade de expressão, convocação de outras mulheres a lutarem juntas e romper com os ideais tradicionais que limitavam seus espaços na sociedade.

Mary Wollstonecraft⁷ (1759-1797) foi a responsável por elaborar um entendimento sobre as raízes da opressão e sistematizar as necessidades *de* e os obstáculos *para* a emancipação das mulheres. (Miguel, 2014, p. 20). Devido a isso, para alguns estudiosos ela é considerada a fundadora do feminismo, e não Simone de Beauvoir⁸ (1908-1986).

A contestação entre qual delas foi a fundadora do feminismo deve-se ao período em que viveram e a obra que desenvolveram. Não cabendo a mim afirmar quem é ou não a pioneira, mas

⁶ Em 1791, na França, Olympe de Gouges (1748-1793) escreveu a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” como uma resposta a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” ressaltando a ausência do direito das mulheres após sua contribuição na luta contra o absolutismo, tendo em visto que o contexto da época nos remete ao período da Revolução Francesa. Ela era filha de um açougueiro e utilizava esse nome para assinar panfletos e petições em prol do fim da escravidão, do direito das mulheres e outras lutas. Foi guilhotinada ao se opor publicamente a Robespierre, em 1793.

⁷ Wollstonecraft foi uma militante dos direitos da mulher que viveu na Inglaterra e durante a Revolução Francesa escreveu o livro “Uma vindicação dos direitos da mulher”, publicado em 1792. É considerada uma das fundadoras do feminismo por ser responsável de sistematizar e idealizar obras que negavam a natureza diferente entre homens e mulheres, o que só se justificava, segundo ela, pela falta de educação equânime. Seus estudos influenciam o movimento feminista até hoje.

⁸ Ela é uma das maiores referências do feminismo contemporâneo e é considerada também, por alguns, como fundadora do feminismo, pois foi uma grande impulsionadora do questionamento sobre o papel social que era atribuído a mulher na sociedade. Tornou-se uma figura pública a partir de sua militância e das obras que produziu.

sublinho que ambas foram de extrema importância para o fortalecimento da luta feminista. Beauvoir foi uma escritora francesa que ao publicar o livro “O segundo sexo” em 1949, conseguiu questionar fortemente a construção social do “feminino”.

Como o movimento feminista branco passou por diversos períodos em que lutava-se por bandeiras diferentes, é comum encontrar obras que contem sobre sua consolidação em períodos chamados de ondas. Desta forma, a primeira onda do feminismo – movimento sufragista – lutava pelo direito ao voto, educação e igualdade no casamento. Era um grupo formado principalmente por mulheres brancas e de classe média, que tinham como maior objetivo a igualdade entre gênero naquela sociedade.

As formas de se pensar o feminismo foram várias. Se desenvolvendo no século XIX, o feminismo liberal foi idealizado por Mary Wollstonecraft e Stuart Mill⁹. Tinha um viés de classe burguesa, pois como Mill dizia, cuidar de casa não era uma verdadeira ocupação, pois “não significa nada mais do que comprovar que os criados cumpram seu dever” (Mill, 1830, p. 106 Apud Miguel, 2014, p. 22). Isso mostra como era um feminismo segregador, ausentando as mulheres trabalhadoras desse grupo e perpetuação a diferença entre classes na sociedade.

Durante o mesmo século, surge o feminismo socialista que através de Flora Tristan (1803-1844) traz para o debate de gênero a questão de classe que era ausente na ideologia feminista liberal. De acordo com Miguel (2014), Tristan foi uma militante operária francesa muito influente em sua época que conseguiu vincular o debate entre classe e gênero devido a sua luta pela igualdade social. Lutava pela classe operária, mas não deixava de denunciar a exploração acentuada nas mulheres e lutava pela emancipação das mesmas. Como o autor coloca, Flora Tristan é uma:

“figura pública e escritora influente em sua época, fez da situação da mulher trabalhadora um dos eixos centrais de seu tratado socialista utópico sobre a união operária, vinculando opressão de classe e gênero” (Miguel, 2014, p. 23).

Com o começo do pensamento feminista socialista fomentado por Tristan, ao final do século XX surge um grupo composto por militantes anarquista e bolcheviques que contribuíram na consolidação dessa vertente do feminismo. Com a participação de Clara Zetkin¹⁰(1857-1933),

⁹ Um homem idealizador de um movimento de mulheres.

¹⁰ Clara Zetkin foi uma militante alemã marxista que lutou durante toda sua vida pela vitória do socialismo no mundo e pela classe operária. Fez parte da União Democrática das Mulheres Alemãs e passou a maior parte da sua vida na Rússia Soviética. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/30/zetkin.htm> Acessado em: jan. 2016.

as demandas femininas passaram a ser inseridas na pauta do movimento operário com mais relevância. Alexandra Kollontai¹¹ (1872-1952) contribuiu para as discussões sobre o amor livre e a responsabilidade compartilhada entre os pais sobre as crianças. Segundo Miguel (2014, p. 24), Kollontai também acreditava que o casamento e a família eram “estruturas opressivas” a mulher, pois a restringia a obrigações fora da esfera política e de tomada de decisões. Emma Goldman¹² (1869-1940) fazia coro às outras militantes e acrescenta que o sufrágismo e o feminismo burguês não libertariam totalmente as mulheres da opressão social. Nas palavras de Miguel (2014) sobre o entendimento de Goldman:

“o sufrágismo e o feminismo burguês não eram capazes de libertar a mulher, apenas a inseriam de um novo modo na mesma ordem social opressiva. À medida que suas bandeiras são conquistadas, “a mulher é confrontada com a necessidade de se emancipar da emancipação, se ela realmente deseja ser livre”” (Miguel, 2014, p. 24).

Ou seja, para Goldman, o feminismo burguês que idealizada o direito ao voto, a educação e o direito ao trabalho fora de casa, não acabaria com opressões de classe, por exemplo. Ele manteria as mesmas estruturas econômicas e mudaria apenas algumas sociais.

No Ocidente, no início do século XX, a conquista do direito ao voto foi o começo da luta que passaria a ser travada por essas mulheres. Após isso, as mulheres brancas conquistaram o acesso à educação em todos os níveis e o movimento feminista ganharia fôlego. Desta forma, a primeira onda do feminismo teria um viés de embate classista, pensando no direito ao voto e ao acesso educacional, atuando principalmente na Europa.

Considera-se que a segunda onda do movimento teve início na década de 1960, com maior força nos Estados Unidos. A principal bandeira dessa onda são os direitos reprodutivos e de sexualidade, além de pensar maneiras que não reproduzam a subordinação das mulheres brancas na sociedade – inclusive na estrutura familiar.

A fundação desse feminismo contemporâneo dá a esperança as mulheres engajadas na luta feminista de uma nova realidade a partir da imagem de Simone Beauvoir. Casada com Jean-Paul

¹¹ Alexandra Kollontai também foi uma militante marxista e defendia a classe operária. Tinha clareza da diferença de gênero que dificultava a inserção das demandas das mulheres nas pautas do movimento operário, além de reconhecer o antagonismo de interesses entre as mulheres das classes populares e da burguesia, ao se guiar pela linha teórica das mulheres burguesas para lutar por direitos das mulheres na Rússia Soviética após a Revolução de Outubro. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=5476&id_coluna=20> Acessado em: jan. 2016.

¹² Emma Goldman era uma mulher norte-americana que militava pelo anarquismo. Produziu diversos estudos sobre o anarquismo e a emancipação das mulheres, principalmente nas Américas. Disponível em: <http://pt.protopia.at/wiki/Emma_Goldman> Acessado em: jan.2016.

Sartre (1905-1980), seu casamento era livre de obrigações da sociedade e, por isso, era considerada uma lenda viva que inspirava as feministas.

Sua principal contribuição foi o livro “O segundo sexo” em que “representou uma tentativa de entender a construção social do “feminino” como um conjunto de determinações e expectativas destinado a cercear a capacidade de agência¹³ autônoma das mulheres” (MIGUEL, 2014, p. 25). Uma de suas frases mais famosas do livro de Beauvoir é “não se nasce mulher, tonar-se mulher” (Miguel, 2014, p 27). Os estudiosos de Simone Beauvior consideram que sua obra contribuiu muito para colocar em relevo a construção histórica do papel das mulheres, demonstrando como as diferenças entre sexos podem ser interpretadas de maneira diferentes em sociedades particulares.

A formação do comportamento “feminino” ou “masculino” é resultado da cultura patriarcal que perpetua a definição de identidade, valor, comportamento etc, através das instituições sociais, baseando-se nas diferenças biológicas. Cássia Carloto (2001) afirma que gênero é uma representação não de um indivíduo e sim de uma relação social e cita Lauretis (1994) para ampliar essa conceituação:

“A construção de gênero é tanto produto quando o processo de sua representação. O sistema sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representações que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos social (Lauretis, 1994, p. 212 Apud Carloto, 2001).

Fortalecendo essa compreensão Carloto (2001) busca Izquierdo para comprovar como a relação de gênero é uma maneira social de determinar funções e hierarquizar socialmente “responsabilidades na produção social da existência”. Conforme Carloto diz:

“Para Izquierdo, poderíamos nos referir aos gêneros como obras culturais, modelos de comportamento mutuamente excludentes cuja aplicação supõem o hiperdesenvolvimento de um número de potencialidades comuns aos humanos em detrimento de outras. Modelos que se impõem ditatorialmente às pessoas em função do seu sexo” (Carloto, 2001, p.1).

Na década de 1960 nos Estados Unidos, o movimento feminista contestava o lugar que era dado às mulheres na sociedade através da militante Betty Friedan¹⁴ (1921-2006). Nessa

¹³ Entende-se agência como a competência para agir ou fazer.

¹⁴ Era uma escritora militante norte-americana e foi uma das fundadoras da National Organization of Women (NOW). Escreveu o livro “A mística feminina” que, segundo Miguel (2014), foi um grande sucesso editorial, mas

época, o caminho oferecido a elas era o do casamento e da reprodução. As que optavam fugir desse ideário, caso fossem mulheres brancas, eram consideradas “malucas” e precisariam receber algum tratamento para voltar a sua condição normal.

O período em que a terceira onda do feminismo se deu não é unânime entre as diversas estudiosas que me baseei para realização do estudo. Algumas afirmam 1970, outras 1980 e outras 1990, mas o que é comum a elas é que essa onda tinha um caráter de “corrigir” e repensar as lacunas existentes nas duas anteriores. De acordo com Raimundo; Gehlen; e Almeida a terceira onda feminista, na década de 1970, levantava principalmente a bandeira sindical e ganhou uma adesão maior da mulher militante feminista da América Latina.

De acordo com Mirla Cisne (2014) e Cynthia Andersen Sarti (2004), a consolidação do movimento feminista no Brasil chegou justamente em um período de grande repressão a movimentos sociais no país. Era na década de 1970, quando os Governos Militares tinham lançado há poucos anos os Atos Institucionais¹⁵.

O cenário em que o país se encontrava era de profunda desigualdade social. Os trabalhadores do campo ainda precisavam lidar com os enormes latifúndios que não passariam mais por uma reforma agrária. Nas cidades, a exploração do trabalho e o desemprego se acentuavam devido à entrada de capitais e empresas estrangeiras no mercado, impedindo que as nacionais concorressem. A crise social era tremenda, a inflação se acumulava e os preconceitos raciais e de gênero permaneciam. Como os governos militares não davam espaços para nenhuma manifestação de oposição ao regime, muitas bandeiras sociais acabaram se misturando e buscando, juntas, o reestabelecimento da democracia no país (Sarti, 2004).

Uma das singularidades do movimento das mulheres no Brasil foi a de articular a participação entre as camadas médias e as camadas populares e suas organizações de bairros, o construindo como um movimento interclasses (Sarti 2004). Como Sarti (2004) destaca, a aliança se dava, principalmente, em torno das reivindicações de infraestrutura tendo como foco o cotidiano da reprodução social. Vale dizer que se colocava acento na família, nos locais de moradia e nas condições de vida - espaços, tradicionalmente, identificados com o trabalho das mulheres.

que também apresentou retrocesso em algumas correntes feministas, pois a autora considerou a experiência da classe média branca estadunidense como a condição universal da mulher.

¹⁵ Apesar da maior visibilidade do movimento feminista no Brasil ocorrer durante a ditadura, considera-se que ele teve início em 1932, na luta pelo direito ao voto feminino. Mas, com a Ditadura de Vargas, outras questões envolvendo as demandas específicas das mulheres não puderam ser expostas e colocadas em debate.

Percebi - na literatura consultada - a importância da Igreja Católica, que sob a inspiração da teoria da libertação, organizou movimentos populares contra o autoritarismo do governo militar e contra a pobreza. Essas organizações se deram, principalmente, nas grandes cidades, permitindo uma dinâmica maior na organização da luta, além de ser um ator social de grande importância e de poder de influência.

O clube das mães – organizações em bairros, localizado no Rio de Janeiro, que colocava à disposição das mulheres de sua região a possibilidade de se relacionar com outras classes sociais e debater suas críticas, sofrimentos e relações de opressão, pois também era um espaço que comportava os depoimentos sobre violência domiciliar – foi pilar que colaborou para o surgimento de bandeiras como melhorias na saúde, educação e serviços públicos em geral posteriormente.

Como bem sintetiza Farah (s/d, p. 50-51) a constituição das mulheres como sujeito político deu-se inicialmente por meio de sua mobilização em torno da democracia do regime e de questões que atingiram os trabalhadores urbanos pobres em seu conjunto, tais como: baixos salários, elevado custo de vida e questões relativas a inexistência de infraestrutura urbana e ao acesso precário a serviços coletivos.

Os Atos Institucionais levavam os opositores do regime a buscar asilo político em outros países. Com o exílio de muitas militantes mulheres na Europa, seu retorno ao país no momento de maior abertura política e o contato com o berço do feminismo burguês, que já enfrentava discussões mais avançadas sobre a presença de mulheres em setores públicos da sociedade, fez fortalecer tal movimento no país. Pode-se acrescentar também o Ano Internacional da Mulher, organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1975, como um estímulo e reconhecimento da importância da discussão sobre os direitos específicos das mulheres brancas.

Conforme Mirla Cisne (2014), a nova trajetória política que o grupo feminista hegemônico brasileiro passou a ter o diferenciou do feminismo inspirada nas sufragistas europeias. A autora adere à compreensão de Pinto (2003) e considera esse movimento como “bem-comportado” referindo-se as práticas adotadas na luta pelo direito ao voto. Quando as mulheres se distanciaram dessa tendência e buscam o fim de um regime autoritário, o reconhecimento de seus direitos, corpos e espaços que ultrapassavam os obtidos nas universidades contestando suas insatisfações nas ruas, as levam ao que é chamado de “feminismo malcriado”. Cisne (2014) diz:

“Não é à toa, portanto, que essas mulheres somaram-se a perspectiva do feminismo “malcomportado”, na medida em que confrontavam poderes. Distanciavam-se, assim, do feminismo “bem-comportado” das sufragistas, que além de não confrontar os poderes existentes, buscava apoio neles. O feminismo malcomportado ou “malcriado” era um feminismo de enfrentamento, “expressava-se nas passeatas, nos enfrentamentos na Justiça e nas atividades de mulheres livres-pensadoras que criavam jornais e escreviam livros e peças de teatro” (Pinto, 2003, p. 38 Apud Cisne, 2014, p. 135).

Mesmo tomando o espaço público e avançando na dimensão de contestações que abalavam o machismo, o movimento feminista não via suas questões e reivindicações serem incorporadas nos debates acadêmicos e nem nos sindicais, por exemplo, sobre melhores salários e equiparados aos homens. Porém, no final da década 1970 e no início de 1980 – período de redemocratização no país – o fator aglutinador da luta das mulheres no período militar não seria mais o suficiente para manter a unidade do movimento.

Após a redemocratização do país, a unidade do grupo se esvaiu quando as mulheres que o compunham começaram a levantar suas bandeiras específicas e algumas dessas não se viam mais representadas ali. As perspectivas, demandas e motivações das mulheres engajadas na luta contra o autoritarismo passaram a ser diferentes e posteriormente levou a uma divisão interna no grupo, já que cada segmento pensava em formas distintas para alcançar demandas específicas que não eram ponderadas da mesma maneira.

Segundo Cisne (2014), o coletivo se dividiu entre duas tendências: as que buscavam a institucionalização do movimento de mulheres, se aproximando da esfera estatal, e a outra, as automistas, que viam nessa aproximação uma possibilidade de cooptação do movimento. Sarti (2004) exemplifica a afirmação de Cisne ao dizer:

“A primeira tendência, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investia em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre sexos. Foi a corrente que posteriormente buscou influenciar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio estado (...) A outra vertente preocupava-se sobretudo com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado. Manifestou-se principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência (Sarti, 2004, p. 41).”

Desta forma, a década de 1980 foi marcada por um feminismo mais institucionalizado. Conquistando espaço por meio de Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher, o espaço acadêmico também ficou ocupado com estudos sobre saúde da mulher e gênero. É desse período que a força política do feminismo influenciou na Constituição Nacional de 1988 e que segundo Sarti (2004), o feminismo se expandiu pelo país através não só das porta-vozes do

discurso feminista, como também da receptividade que o período comportava devido a modernização que a sociedade estava passando.

Em 1990, a institucionalização atingiu seu auge através das Organizações não Governamentais. Esse processo, de acordo com Cisne (2014), podia contribuir para que o movimento perdesse sua autonomia já que grande quantidade dessas organizações precisam de financiadores para se manterem. A autora diz:

“As Organizações não Governamentais passa a se consolidar em detrimento do feminismo como movimento social. Esse feminismo profissionalizado reedita, em grande medida, o feminismo bem-comportado e encontra sérios limites institucionais para atuar com autonomia frente ao Estado e demais organismos financiadores das ONGs, trazendo, portanto, grandes implicações e desafios para a luta das mulheres” (2014, p. 141).

Sarti (2004) acrescenta que além da conjuntura política do país ajudar a avançar ou retroceder na luta pela igualdade entre gêneros - questões sociais e culturais adicionam mais fatores relevantes para essa conquista. Em suas palavras:

“A conjuntura política apenas agravou, de forma marcante, o que constituiu um impasse estrutural do feminismo, dado por duas ordens de questão: de um lado, a difícil articulação entre a luta política contra a opressão social e histórica da mulher e a dimensão da subjetividade intrínseca ao teor libertário feminista; e de outro lado, o já mencionado fato do feminismo, embora diga respeito à mulher em geral, não existe abstratamente, mas se refere a mulheres em contextos políticos, sociais e culturais específicos, o que implica recortes e clivagens que dividem estruturalmente o mundo que se identifica com o feminismo.” (Sarti, 2004, p. 43).

É preciso dar atenção as diferenças internas que compõem um grupo defensor de uma bandeira que abrange um setor tão plural da nossa sociedade. Como coloca Gonçalves (2006), o feminismo hegemônico já secundarizada as mulheres da América Latina. Ao trazer o modelo de feminismo experimentado e idealizado pelas mulheres brancas ibéricas para encaixá-lo na realidade das mulheres brasileiras fez com que as primeiras criassem muitas suposições equivocadas. Um exemplo é a compreensão de que as mulheres brasileiras aceitavam o machismo mais confortavelmente. Gonçalves (2006) apresenta:

“se supunha que as mulheres latino-americanas se sentiam mais confortáveis no desempenho de seus papéis tradicionais, restritos aos espaços domésticos e às tarefas relacionadas à reprodução da família do que as anglo-saxãs” (Gonçalves, 2006, p. 79).

A partir dessa trajetória do feminismo com um foco maior no Brasil, é necessário fazer algumas conclusões que nos ajudará a entender previamente o capítulo seguinte. Em parte significativa da literatura utilizada, não foi possível observar a interseccionalidade entre raça e

classe que o movimento feminista precisa ter para que todas as mulheres se libertem da opressão na sociedade.

A partir das interpretações simplistas e mecanicistas das obras de Marx e Engels, a luta feminista pode ser comprometida. Ao considerar que a dominação masculina é resultante da dominação burguesa, pode-se entender que a revolução socialista também acabará com as outras opressões da sociedade.

Apesar das mulheres serem mais exploradas do que o homem, o fim do capitalismo não dará conta de resolver todo o problema porque o machismo é uma construção cultural. Se seguíssemos a lógica colocada, com o fim do capitalismo as mulheres não precisariam se preocupar mais com a cultura do estupro, com os assédios sexuais e nem com “obrigações” doméstica e familiar? Entendo que o entrave da sociedade capitalista é de extrema importância para a superação da dominação capitalista, sexista, de classe e de raça, mas é preciso pensar uma sociedade que eduque que todos devem ter os mesmo direitos e deveres como cidadãos.

É perceptível também a ausência das questões das mulheres negras nas bandeiras de luta do feminismo abordado até hoje. A invisibilidade e o silenciamento das especificidades femininas impediu que fosse relatado que durante a segunda onda do feminismo, as mulheres negras no Estados Unidos já estavam começando a produzir sua própria literatura, de maneira a ter fontes que relatem e ressaltem como a questão racial de é extrema importância para a superação do racismo e do sexismo em suas vidas. Como Florestan Fernandes (1989, p. 75) aponta: “é preciso que o negro coloque seus problemas, porque na desigualdade existem os mais desiguais; e as desigualdades que afetam o negro o afetam em termos de classe mas também de raça”.

Em uma produção sobre o feminismo negro no site da Carta Capital (www.cartacapital.com.br – Quem tem medo do feminismo negro?), a autora, Djamila Ribeiro confirma essa ausência ao argumentar que até mesmo antes do movimento feminista negro se consolidar no Estados Unidos, ele já existia mas era invisível. Em suas palavras, a autora diz:

“O feminismo negro começa a ganhar força a partir da segunda onda do feminismo, entre 1960 e 1980, por conta da fundação da National Black Feminist, nos EUA, em 1973 e porque feministas negras passaram a escrever sobre o tema criando uma literatura feminista negra. Porém, gosto de dizer que bem antes disso, mulheres negras já desafiavam o sujeito mulher determinado pelo feminismo”

O surgimento do movimento feminista negro levou a essas militantes a serem acusadas de divisão da luta. Entretanto, ao olharmos o surgimento do feminismo, já percebemos que antes mesmo dessa suposta separação, o feminismo do século XIX contemplava os conflitos de classe.

Isso se comprova com os feminismo liberal e o feminismo socialista, ambos desejando a igualdade de gênero, porém considerando setores diferentes da sociedade.

É por essas questões que o feminismo não deve generalizar e nem universalizar as condições das mulheres, tendo em vista que vários fatores influenciam as diversas opressões que as mulheres sofrem pelo mundo. Como Sartri (2004) coloca, “é um movimento que traz consigo necessariamente o diálogo, com a exigência de sair de si” (47.) com o objetivo de ver de maneiras diferentes que as relações com o outro que cada mulher sofre não é exatamente a mesma de todas, sendo essas não passíveis de análise de maior ou menor importância para a construção do feminismo e a libertação das mulheres.

2 MOVIMENTO FEMISTA NEGRO

“Nossos passos vêm de longe”. Essa foi a fala da militante negra Giselle dos Anjos no documentário “Feminismo negro contado em primeira pessoa” ao falar sobre o feminismo. Aquatune, Dandara, Nizinga, Anastácia são algumas mulheres negras militantes desconhecidas pela maioria da sociedade, mas que carregam um grande legado para o movimento feminista negro.

A importância dessas mulheres para a construção do movimento atualmente refere-se a buscar nas origens do seu povo um movimento de resistência à opressão que começou antes da institucionalização do grupo. De acordo com Giselle (2013), “contar a trajetória das mulheres negras é contar a própria história”. Interpreto que essa fala pode comportar dois significados que norteiam o movimento. A primeira é sobre a continuidade das opressões que as mulheres negras sofrem historicamente. A outra, passa pela busca nessas guerreiras negras, inspiração e esperança de como resistir à opressão patriarcal, sexual, classista e racista que a sociedade as coloca.

A história da população negra é muito marcada pela violência física e psicológica após a chegada do colonizador no continente africano. Pautados na teoria da superioridade racial, os europeus roubaram as terras, escravizaram os negros e ainda utilizaram a condição psicológica dos negros para melhor dominá-los. Desvalorizavam qualquer característica referente a esse povo. Sua cultura, sua raça, sua língua e seus valores eram inferiorizados.

As qualidades e os direitos dos negros foram retirados um a um, na tentativa de torná-los um “objeto” sem história. O negro perde a esperança em quem é, no que faz e no que possui e

começa a internalizar o preconceito criado em relação a ele. O resultado desse mecanismo os obrigavam a introduzir a conduta moral e social do branco.

O peso do discurso do colonizador ganha uma força e uma importância tão grande por ser cada vez mais reproduzido, que fez parte significativa dos negros interiorizar essa diferença inexistente entre as raças. Numa tentativa de se introduzir nessas novas características idealizadas, eles recorem ao processo de embraquecimento ou ao que é chamado de “erotismo afetivo”¹⁶ (MUNANGA, 2012). O primeiro recurso baseia-se em começar a se vestir e comer, bem como falar a língua e valorizar a cultura do branco para tentar chegar mais próximo de suas assimilações e então poder reivindicar seus direitos. O outro vê no casamento entre negros ou mestiços com brancos, a possibilidade de “se embranquecer” e “clarear” as próximas gerações.

Ainda assim, essas práticas não eram efetivas no sentido de que a marca social do negro não diz respeito ao que ele tem ou como se comporta, e sim a sua raça. Munanga resgata Jean-Paul Sartre (1960, p.111) para esclarecer da seguinte forma:

“Ora, no caso, não há escapatória, nem subterfúgios, nem passagem de linha a que possa recorrer; um judeu branco entre os brancos pode negar que seja judeu, declarar-se homem entre homens. O negro não pode negar que seja negro ou reclamar para si esta abstrata humanidade incolor: ele é preto.”

Como Munanga coloca, “o colonizador criou sua desestabilidade cultural, moral e psíquica, deixando-o sem raízes, para melhor dominá-lo e explorá-lo” (2012, p. 41). Um exemplo dos efeitos desse processo hoje é como as mulheres negras buscam na sua identidade, o valor do seu povo, cultura, dança, religião e língua uma forma de se reconstruir frente uma sociedade que as inferioriza por não conseguirem se enquadrar na identidade padronizada pelo colonizar e que hoje é a referência mundial de cultura.

Stuart Hall (2006) diz que com a tomada de consciência política e a pressão que os movimentos sociais tem feito no que denomina de período pós-moderno, as questões éticas raciais têm sido contestadas, favorecendo o debate sobre a importância da cultura negra, seu espaço na sociedade e a representação da identidade negra. Hoje, diversas mulheres negras valem-se dos turbantes, por exemplo, para assumir seu posicionamento identitário e afirmar sua negritude. Porém, encontram dificuldade para representar resistência à cultura *branca* quando

¹⁶ A partir do momento que tudo do negro é considerado ruim e devido ao bombardeamento de valorização do homem branco, os negros se inferiorizam e passam a admirar a cor do branco, se envergonham ou odeiam a si por não serem como eles. Com isso, esses mecanismos são maneiras de se clarear e buscar parecer fisicamente o mais próximo possível de um branco.

essa se apropria de alguns símbolos característicos da *cultura negra*, na tentativa de esvaziar seu significado e passar a se beneficiar financeiramente ao comercializa-los. É até contraditório quando se encontra os tecidos de turbantes sendo vendidos em shoppings a preços muito superiores ao poder de consumo da maioria das mulheres negras, tendo em vista o salário médio delas.

Para o movimento de mulheres negras, resgatar sua identidade e ter representação de fala e referências de legado é um dos pontos mais importantes no processo de resistência. Como a maior parte da produção acadêmica sobre mulheres que resistiam ao machismo e a sociedade patriarcal falava prioritariamente da luta de militantes brancas, as mulheres negras encontravam dificuldade para se apropriar de sua negritude através desses conteúdos.

Como Cláudio Pons Cardoso (2012) nos diz, isso deve-se a colonialidade do poder. Ela coloca que a colonialidade é derivada do colonialismo que redefiniu os rumos que o mundo tomaria, pois transformaria o modo como as pessoas se relacionam entre si, com outras comunidades e como seria a nova troca de bens entre elas. Além de introduzir a hierarquização étnico-racial no mundo, pois seus efeitos repercutiram sobre todo o globo, ao partir da lógica patriarcal, afirmou a heteronormatividade, hierarquizou as relações de gênero e colocou os europeus como os protagonistas do processo da “tal modernidade” (CARDOSO, 2012, p 93). A autora comenta:

“O modelo de dominação e exploração imposto implicou no desenho de uma cartografia global de poder, na concentração mundial de recursos, no racismo e na hierarquização étnico-racial dos povos, na hierarquização das relações de gênero, a partir de uma lógica patriarcal, e na afirmação, no campo da sexualidade, da heteronormatividade” (Cardoso, 2012, p 91).

Os efeitos que a colonialidade de poder geram pode ser sentida ao perceber que as histórias de escravidão dos negros não falam sobre suas formas de resistência, colocando-os como passivos, *aqueles que aceitavam as chibatadas no tronco por as merecerem*. Cardoso concorda com Stuart Hall sobre a necessidade de compreensão do pós-colonialismo para fazer análises que “postulam a descolonização da teoria e da história” (CARDOSO, 2012, p. 81). Segundo Hall, a importância do termo está na capacidade de produzir uma escrita diaspórica, colocando os países de Terceiro Mundo como produtores de discursos que recontam a história incluindo diferenças e especificidades da pluralidade cultural.

Para fugir desses efeitos da centralidade de conhecimento, Cardoso (2012, p.140) busca Gonzalez, que se vale da “Amefricanidade”, uma visão que resgata a resistência dos povos

colonizados colocando-a como questão central no processo de dominação, escravidão e colonialidade. Através dela, a autora denuncia em diversos artigos a violência física e psicológica que mulheres negras e indígenas sofrem, principalmente na América Latina, para então lhe oferecer uma compreensão que elas são condutoras de seus destinos. Assim como outras autoras, Gonzalez faz parte de uma corrente que pensa a produção acadêmica valorizando as experiências e os relatos pessoais das minorias¹⁷ para analisar contextos através de outra ótica.

Na década de 1970, momento muito importante para o contexto dos direitos civis nos Estados Unidos – período de fortalecimento pela luta contra o racismo – surge o movimento feminista negro norte-americano (Black Feminist). O movimento se construiu através de diversas autoras que produziram análises sobre as relações de dominação de gênero, levando em consideração a questão racial e o contexto histórico de dominação que as mulheres negras foram/são inseridas na sociedade.

Através deles, autoras como Bell hooks, Angela Davis, Patricia Hill Collins, Audre Lorde e outras, elaboraram questionamentos ao feminismo hegemônico, tratado no primeiro capítulo. De acordo com tais autoras e pensando na posição social que a maioria das mulheres negras estão inseridas na sociedade, para superar o sexismo, o movimento feminista hegemônico não pode ignorar a influência de classe e raça que tem sobre a vida dessas mulheres.

Como o movimento feminista hegemônico foi idealizado e constituído com a participação maior de militantes brancas, de classe média e heteronormativo (Hirata, 2014), a ausência dessas variáveis passavam despercebidas por esse movimento. Essa ausência e falta de relacionamento entre essas mulheres contribuíram para o surgimento do movimento feminista negro, autônomo e de luta contra o sexismo e racismo.

No Brasil, a construção do movimento se deu através de um processo diferente. Como as mulheres negras estão expostas tanto a discriminação racial quanto a de gênero entendeu-se que nenhuma dessas duas variáveis pode ser colocada em patamares diferentes. Segundo Luiza Bairros (1995), esses marcadores sociais as afetam concomitantes e, por isso, elas fazem uma “dupla militância”.

¹⁷ Entendo minorias como grupos excluídos dentro da sociedade capitalista, a qual inferioriza diferença raciais, econômicas e de gênero, as quais não sejam as postuladas como universalizantes e fujam do padrão colocado pelo modelo vigente. O termo não se refere a uma quantidade pequena de indivíduos, pois a população negra no Brasil representa mais de 50% da população (IBGE, 2010), mas representa uma minoria quando as políticas públicas de saúde são desenvolvidas, já que várias necessidades dessa parcela da sociedade não são reconhecidas.

De acordo com Sueli Carneiro (2009), esse termo trata justamente da participação da mulher negra no movimento feminista hegemônico quanto no movimento negro. Isso ocorre porque dentro do primeiro movimento, as mulheres negras sentem a ausência de discussões de gênero que englobem raça e, no segundo, a opressão racial é considerada igual, sem levar em consideração a diferença de gênero. A falta de um espaço que gerem debates que incluam e compreendam que tipo de luta as negras precisam enfrentar para vencer o patriarcado e o racismo foi um dos impulsionadores para o surgimento do movimento feminista negro.

Partindo das sucintas críticas aos movimentos negro e feminista hegemônico, aprofundaremos os questionamentos do movimento feminista negro a esses movimentos para entender a ausência de suas propostas nas discussões e nas pautas do coletivo. Começando como movimento negro, Cláudia Cardoso (2012, p. 107) cita María Lugones (2011) para dizer que o processo de dominação de gênero do homem negro sobre a mulher negra foi o preço negociado pelo colonizado para que sua posição de superioridade social fosse mantida, mesmo que agora a nova hierarquia coloca o homem e a mulher branca acima do homem negro. Para exemplificar, Cardoso (2012) apresenta o pensamento de Lugones (2011):

“pela colonialidade de gênero e, principalmente, sua proposta teórica nos instiga a esquadrihar as consequências para a vida das mulheres nas modificações políticas, econômicas, culturais impostas pela colonialidade, decorrente da negociação de privilégios entre os homens colonizados e os colonizadores, retirando das mulheres qualquer possibilidade de continuarem autônomas” (Lugones, 2011 Apud Cardoso, 2012, p. 107-108).

Segundo Cardoso, territórios pré-coloniais não contavam com a presença de uma sociedade dividida com hierarquias de gênero, como a europeia. Muitas vezes, as atividades desenvolvidas por mulheres eram mais importantes e valorizadas socialmente do que as desempenhadas por homens, mostrando então que as atividades e responsabilidades do grupo eram divididas e equilibradas. Porém, com a entrada do homem europeu no continente africano, por exemplo, esse modelo de sociedade foi imposto e tanto o homem negro quanto a mulher negra passaram a experimentar gênero de uma forma diferente.

Determinadas culturas consideram o homem como o principal provedor da família, *ocupante das melhores posições de trabalho, o atleta sexual e responsável pela unidade familiar*. Com uma colonização que já marca o homem negro como diferente e inferior por sua raça, esse fator dificulta que ele seja enquadrado totalmente na categoria de homem, entendendo que há algumas atribuições dadas à todos os homens que quando assumidas pelo homem negro, o

racismo na sociedade o coloca como um possível agressor e o malandro que não quer trabalhar, por exemplo. Bairros diz:

“A percepção de que o homem deve ser, por exemplo, o principal provedor do sustento da família, o ocupante das posições mais valorizadas do mercado de trabalho, o atleta sexual, o iniciador das relações amorosas, o agressivo, não significa que a condição masculina seja de superioridade incontestável. Essas mesmas imagens cruzadas com o racismo reconfiguram totalmente a forma como os homens negros vivenciam gênero. Assim, o negro desempregado ou ganhando um salário mingauado é visto como o preguiçoso, o fracassado, o incapaz. O atleta sexual é percebido como um estuprador em potencial, o agressivo torna-se o alvo preferido da brutalidade policial (1995, p. 461 Apud Cardoso, 2012).

Vale ressaltar que mesmo que essas responsabilidades sejam dadas aos homens, segundo a militante Daniela Gomes no documentário “Feminismo negro contado em primeira pessoa”, ela acredita que a sociedade brasileira apesar de ser uma sociedade muito machista, também é patriarcal. Isto quer dizer que em várias famílias, as mulheres negras passaram a assumir a posição de chefes de família devido à ausência dos homens que saíram para trabalhar ou por abandono familiar. Gomes diz que: “Se olharmos as mulheres negras nesse país a maioria das mulheres negras tem que ser chefe de família, tem que ser a mulher que vai levar o sustento para sua casa, que segura as rédeas dos filhos”.

Lélia já fazia duras críticas aos homens negros, pois os mesmo não eram imunes ao sexismo. Como o negro teve que negociar sua condição de homem com o homem branco devido à estipulação da sociedade ocidental, Lugones (2008, p.79 Apud Cardoso, 2012) diz que essa condição de dominação do negro com a mulher negra “acabou por enfraquecer as lutas contra os processos de dominação”. Diante disso, Gonzalez (2008, p. 38 Apud Cardoso, 2012) afirma que o sexismo dos negros tem um caráter “mais acentuado, uma vez que este se articula com mecanismos compensatórios que são efeito direto da opressão racial”.

Isso se comprova no campo político, tendo em vista o posicionamento que os homens do movimento negro têm tomado em relação à falta de discussões que englobem gênero, assim como nas relações interpessoais. Atualmente, mesmo com as mulheres negras ocupando alguns setores do mercado de trabalho e ajudando na renda familiar, elas ainda são, em maioria, as únicas responsáveis pelas tarefas domésticas em suas casas. De acordo com a pesquisa do IPEA (2011 Apud Cardoso, 2012), as mulheres negras responsáveis pela dupla jornada correspondem a 91,0% e dedicam 22 horas semanais para essas atividades.

Para Gonzalez (2010, p. 112 Apud Cardoso, 2012, p. 138) é necessário unificar as lutas e romper com o sectarismo justamente para que todos sejam livres do machismo, assim como do racismo. Ela se aproxima do conceito de womanism¹⁸, criado pela pesquisadora Alice Walker. Segundo ela, ser uma feminista “mulherista” – tradução do womanism – é uma mulher comprometida com a sobrevivência de sua comunidade, pois a sua está diretamente relacionada com o coletivo, como na luta contra o genocídio da população negra. Cardoso acrescenta:

“O womanism apresenta novas exigências e perspectivas diferentes para o feminismo, obrigando-o a expandir seus horizontes teóricos e práticos. Tem por objetivo situar as mulheres negras na história e cultura estadunidense, sublinha a importância de resgatá-la dos estereótipos negativos e imprecisos que mascaram a sua experiência na sociedade americana, destacando a agência das mulheres negras, a capacidade e a independência que sempre acompanharam suas experiências contra as opressões” (2012, p. 139).

Cardoso aponta que é preciso ter cuidado com uma militância mulherista, pois na defesa de manter a união do grupo, pode-se acabar fazendo “vista grossa” com as violências praticadas por homens negros. A autora cita Angela Davis para mostra que essa atitude pode reivindicar em um espaço macro – a sociedade – o direito das mulheres, mas pode também proteger um irmão negro de responder publicamente por uma agressão feita no campo privado. Mesmo que a solidariedade entre homens e mulheres negras tenha sido o lema do movimento negro, Davis diz “a unidade negra da maneira como tem sido formulada protege um companheiro negro que bate na mulher de responder publicamente por sua atitude sempre argumentando que roupa suja se lava em casa” (1997, p. 4 Apud CARDOSO, 2012, p. 138).

O movimento feminista brasileiro é um dos mais ativos e importantes na luta contra o machismo no cenário mundial. Teve forte participação na Constituição de 1988 e possibilitou que mulheres que sofressem violência doméstica ou sexual encontrassem na Delegacia da Mulher um atendimento específico para sua condição. Ainda assim, apresenta algumas contradições internas e que promovem a exclusão de parcelas do movimento.

De acordo com Sueli Carneiro (2003), um dos entraves do movimento feminista hegemônico diz respeito à continuidade da visão eurocêntrica e universalizante da mulher. Assim como o Black Feminist, o movimento de mulheres negras no Brasil surgiu com o questionamento das práticas e teorias que deixavam as mulheres não brancas fora de seus discursos.

¹⁸ “Originalmente, este termo refere-se a uma expressão popular entre a comunidade negra para definir o comportamento “atrevido, audacioso” de crianças do sexo feminino.” Seria uma “resposta à incapacidade do feminismo branco de prestar atenção e explicar as experiências das mulheres negras, pois segundo a autora, foi necessário encontrar outras terminologias que pudessem levar o peso das experiências das mulheres negras” (Cardoso, 2012, p. 139).

Ter representação, ou seja, ter mulheres negras nas lideranças dos movimentos negros e feminista branco, ter suas pautas e questionamentos debatidos e abraçados pelo movimento, mostrando que não estão sendo esquecidas ou secundarizadas é importante para que essas mulheres se sintam incluídas no processo de transformação da sociedade. Então, um movimento de representação de mulheres, precisa estar atento à pluralidade que ele comporta. Nem todas as propostas incorporadas pelo feminismo hegemônico são as apresentadas pelas mulheres negras e indígenas, por exemplo. Logo, com um movimento composto por uma maioria de mulheres brancas de classe média, as problemáticas dessas “minorias” são secundarizadas ou tratadas superficialmente.

Dados do IBGE (2010) mostram que mais de 50% da população brasileira é negra e que, entre as mulheres, as negras também são maioria. Em que aspectos elas são consideradas minorias, então? Devido ao processo de colonização, à imposição de padrões sociais e de inferiorização do povo negro, atualmente as mulheres negras, principalmente, precisa lidar com representações universais de mulheres que não as contemplam, bem como estereótipos criados para perpetuar lugares que lhes foram impostos.

As especificidades que essas mulheres negras trazem, pressionam o feminismo hegemônico a repensar suas teorias e propostas práticas. Partindo da visão universalizante da mulher, - apontada também por Lélia Gonzalez em Cardoso (2012) - o que poderia explicar uma presença maior das mulheres negras nos serviços part time e domésticos enquanto as mulheres brancas estão nas ruas ocupando cargos equivalentes ao dos homens – mesmo com menor remuneração – e com maior presença nas salas de ensino superior e média, se não a questão racial?

Para o capital, é interessante que haja uma exploração maior dentro do mais explorados, pois mesmo que o custo dessa mão de obra já seja pequena, quanto maior for o exército industrial de reserva, mais fácil será o preço de barganha entre esse grupo e colaborará para uma maior arrecadação de dinheiro, além de fragmentar melhor a classe. Mantendo a hierarquização de gênero, os postos de trabalho ocupados pelas mulheres são os de trabalho manual, atividades essas relacionadas a áreas rotineiras e de trabalho com menores índices de qualificação, que não precisa de muita qualificação e conta com uma exploração mais intensa (ANTUNES, 2000, p. 106).

Se as mulheres brancas já executam trabalhos mais desvalorizados que os homens, as mulheres negras ficam ligadas a serviços ainda mais inferiores quando comparados com as mulheres brancas. Mesmo dividindo o mesmo espaço de trabalho com homens e mulheres brancos, se entre gênero já há diferença de tratamento, condição de trabalho e remuneração, quando falamos de raça a diferença entre um mesmo grupo já oprimido é ocultado tanto pelo movimento trabalhista como pelo movimento feminista.

Como Matilde Ribeiro (1995) aponta, essas diferenças são reconhecidas pelos movimentos, mas não consideradas desiguais e, por isso, são colocadas em segundo plano, como se esse enfrentamento ao mecanismo de opressão do capital fosse um problema apenas das mulheres negras. Com a militância anti-sexista na sociedade, as autoras Raimunda, Gehlen e Almeida sublinham que as feminista brancas acreditam estarem isentas de atitudes racistas ou de discriminação. As autoras dizem:

“Muitas feministas brancas vêm frequentemente supondo que a postura anti-sexista delas aboliu todo preconceito racial ou comportamento discriminatório. Mas tal presunção é ingênua e reflete um ignorância séria de como o racismo está impregnado na sociedade” (p. 4).

Mara Gomes, escritora no blog *Blogueiras Negras*, também afirma o posicionamento das escritoras anteriores. Ela coloca que como o medo da divisão interna do movimento, as militantes brancas preferem afirmar que todas são iguais e que a luta contra o machismo que é o verdadeiro foco. Como a autora diz:

“Infelizmente o que vemos dentro dos movimentos sociais e fora deles é uma busca por igualdade que acaba colocando todos do mesmo lado, quando sim, existem lados diferentes e eles nos limitam e silenciam vozes, principalmente quando nos referimos à negritude” (Gomes, 2015).

Quando as militantes brancas são questionadas por esse posicionamento, as negras são acusadas de impulsionadoras de uma divisão do feminismo. Como demonstrado no III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe realizado em 1985 em Bertioga, Brasil, as questões debatidas resumiram-se em: “quem é ou não feminista, que cara tem ou deveria ter o movimento feminista brasileiro, as possibilidades de aliança e rumos do movimento feminista” (Matilde, 1995, p. 449), enquanto militantes negras que partiram de um ônibus do Rio de Janeiro tiveram dificuldade de entrar, pois além de não terem feito inscrição por falta de dinheiro, encontraram grande resistência do grupo organizador – composto por sua maioria de mulheres brancas – para entrar no Encontro.

No relatório do Encontro, uma militante negra da República Dominicana relata sua impressão sobre o movimento feminista que incorporava. Ela diz: “Quando cheguei (no movimento de mulheres) me dei conta que meu problema de negra eu não podia reivindicar. Tive que colocar-me em outra instância onde se tomava em consideração outra especificidade. Porém, o que passa é que na República Dominicana é difícil encontrar um grupo de mulheres que enfoque a questão negra” (Relatório, Bertioga, 1985).

Lélia Gonzalez rebate essas acusações de sectarismo colocando que as mulheres brancas são resistentes à discussão de raça nos debates internos, pois as mesmas são cúmplices da dominação racial. Enquanto as mulheres brancas reivindicam maior acesso ao mercado de trabalho, as mulheres negras já estavam nele, só que de uma maneira inferiorizada.

O racismo determina e mantém as posições ocupadas pelas mulheres negras desde a escravidão no país. Não é a toa que os estereótipos dessas mulheres nunca foram o mesmo da mulher branca. Recuperando esse período, Carneiro (2008) argumenta que a construção dessas imagens são resultados da visão colonialista, como na produção literária que sofria influências externas, bem como da sociedade colonial e escravista.

Enquanto a mulher branca, *sinhá*, mantinha-se em casa, atuando como responsável pela harmonia da casa e submissa as vontades do senhor, Lélia Gonzalez parte de três estereótipos negativos atribuídos à mulher negra para exemplificar essa diferença. São eles a mulata, a doméstica e a mãe preta.

Segundo ela, a atribuição de mulata e domésticas derivam da mucama. Termo referência da escravidão, no contexto brasileiro recebeu o significado de “escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que por vezes era ama-de-leite.”. Em relação à doméstica, Gonzalez sublinha a permanência das atividades atribuídas a ela relacionadas ao período citado anteriormente, as atribuições da casa grande e a exposição a violência sexual. Ela diz que a presença de mulheres negras nessa função no cotidiano, não relativiza as mesmas a partir da classe social. Ou seja, no senso comum, em um prédio de classe alta, por exemplo, ver uma mulher negra a colocará no grupo de domésticas e não de moradoras.

Referindo-se a mulata, a palavra comporta dois significados: o da mestiçagem e o da exploração econômica, no qual representa “mercadoria, produto de exportação”. Ela coloca que a

percepção de mulata no português nos remete a “raça negra como objeto” e por isso, a invenção de mulata objetifica os negros, em geral, e as mulheres negras, em particular.

A mãe-preta assume um papel de passividade diante das opressões e violência sofrida pelos negros. As características de simpatia, inofensiva e amorosa atribuídas dá o caráter de omissão e aceitação sem resistência à escravidão. Entretanto, Lélia resgata outra interpretação, que a coloca como sujeito ativo e de representação das culturas africanas que comporta. O interesse de colocá-la com esse estereótipo é para justamente negar o engajamento das mulheres negras na resistência a dominação, objetificação e excluir da história, sua participação.

Segundo Stuart Hall e Claudia Cardoso, a criação de estereótipos de inferiorização contribuem para o processo de dominação. Esses estereótipos atribuem através da imagem degenerativa que geralmente carregam posições sociais a cada pessoa e determina a possibilidade de exclusão de cada grupo de acordo com as atribuições referentes. Isso ocorre porque a marca da desigualdade social é resultante do processo de exploração do país unido ao discurso de desvalorização do negro, que rondam a sociedade desde a colonização e é tido como uma condição imutável da vida, dificultando os questionamentos e as representações colocadas. Cardoso (2014) busca em Hall essa interpretação. Ao citar o autor, ela apresenta o estereótipo como prática significativa já que é “central para a representação da diferença racial. O estereótipo tem a capacidade de desenvolver estratégias para estabelecer a divisão, ditando o que pode ser considerado “o normal e o aceitável e o anormal e o inaceitável. Então exclui ou expulsa tudo o que não se encaixa, que é diferente” (Cardoso, 2014, p. 977).

Nesse contexto, a mulata é sinônimo de corpo, apenas. São atribuídas características sexuais, que provocam o desejo do homem branco e quando esse corpo é colocado como um objeto, o carnaval surge como o maior momento de exposição dessa mercadoria. É o único momento em que a mulata é admirada, seu corpo é clicado por vários ângulos e comentado “positivamente” pelas curvas e o rebolado que tem. Mas se ele é tão desejado e sexualmente atraído, por que quase não há mulheres negras em revistas pornográficas? O “glamour” da negra termina com o fim da Sapucaí. Então, ela volta a sua condição de doméstica, sem valor.

Desta maneira, o discurso contestado pelas mulheres brancas sobre o sexo frágil considera as mulheres que não podiam sair para trabalhar, estudar ou se quer passear sem a companhia de um homem da família. As mulheres negras sempre foram atuantes desse espaço e por isso que a ex-escrava Sojourner Truth, j proferiu seu famoso discurso “Ain’t I a woman?” na Convenção

dos Direitos das Mulheres em Ohio trazendo seu questionamento quanto à quem se referia esse mito do sexo frágil. Ela disse:

“Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a entrar em carruagens, erguidas para passar sobre valas e receber os melhores lugares em todas as partes. Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a passar por cima de poças de lama nem me deu qualquer bom lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem pro meu braço! Tenho arado e plantado e recolhido em celeiros, e nenhum homem poderia me liderar! E eu não sou uma mulher? Posso trabalhar tanto quanto e comer tanto quanto um homem – quando consigo o que comer – e aguentar chicote também! E eu não sou uma mulher? Dei à luz treze filhos e vi a grande maioria ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei com minha dor de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher?”¹⁹

A imagem e o papel da mulher negra foram construídos ao longo da história sempre em segundo plano. Se antigamente as mulheres negras trabalhavam para os senhores das lavouras e para as sinhás, hoje elas são as domésticas das mulheres liberadas para ir as ruas conquistar espaço no mercado de trabalho, comprovando os privilégios das mulheres brancas sobre as negras. Sueli Carneiro nos sugere:

“Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estão falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca” (CARNEIRO, s/d).

A pouca importância dada às mulheres negras que resistiram ao processo de dominação do colonizador, como fez a escrava Anastácia, colabora para a sentimento de não pertencimento por parte da mulher negra à esse coletivo. Se há tantas mulheres negras que contribuíram para o movimento, por que falar apenas em militantes brancas como Frida Kahlo? É claro que todas contribuíram para o fortalecimento do movimento, porém o mais importante não é a potência que sua resistência teve, mas o que está em jogo é valorização de todas.

Desta forma, reconhecer a necessidade de tratar raça e classe relacionadas é uma questão chave para a superação da discriminação racial, classista e sexista que as mulheres negras passam. E, como Cláudia Cardoso comenta ao resgatar Lélia Gonzalez “nenhum movimento de mulheres pode ser considerado realmente feminista se não tiver por premissa o enfrentamento dessas estruturas” (CARDOSO, 2012, p. 134).

Os efeitos que o não reconhecimento dessas premissas podem gerar é a invisibilidade das desigualdades e o silenciamento das mulheres negras. Com isso, o discurso dominante perpetuará e transformará as necessidades das “minorias” em questões subalternas.

¹⁹ MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 23

Além disso, a ausência da visão crítica impede que esse contingente de mulheres que através das diferentes formas de opressão ajudem a estar sempre atualizando e enriquecendo os debates e contribuindo para gerar novas teorias para o enfrentamento do sexismo. Isso ajudará a impedir a consolidação de um pensamento hegemônico das opressões e valorizará as experiências de mulheres que não deixaram registros de resistência.

Luiza Bairros (1995) se vale da teoria do ponto de vista feminista para analisar como as opressões da sociedade atuam sobre as mulheres. Ela acredita que a opressão de cada mulher é experimentada de acordo com a posição que a mesma ocupa na matriz de dominação da sociedade. Por estar inserida em contextos, classes e raças diferentes, isso não a faz sofrer uma opressão maior, apenas diferente. A autora diz:

“uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista” (2012, p. 461).

Eu discordo dessa interpretação, pois se compararmos o tipo de opressão sofrida pela mulher branca, ele irá oscilar entre gênero e classe, enquanto a mulher negra sofrerá com gênero, classe e raça. O fator racial faz com que ela ocupe a posição social mais baixa pensando em uma pirâmide com valor social. A classe social as diferenciam e o fator racial também.

É pelas interpretações diferentes sobre as diversas formas de opressão que o movimento feminista negro se consolidou após tentar se inserir no feminismo hegemônico e, com um resultado desfavorável, surge para dar voz e trilhar um caminho autônomo como movimento social. Se iniciou após o IX Encontro Nacional Feminista²⁰ com o I Encontro Nacional de Mulheres Negras em 1988 em Valença, Rio de Janeiro em meio a críticas por parte do movimento feminista e do movimento negro, devido as acusação de rompimento. A resposta dada pelas integrantes da organização foi:

“Todas nós, mulheres negras, devemos entender que somos fundamentais neste processo de transformação, reivindicando uma sociedade justa e igualitária onde todas as formas de discriminação sejam erradicadas. (...) Gostaríamos de deixar claro que não é nossa intenção provocar um racha nos movimentos sociais como alguns elementos acusam. Nosso objetivo é que nós mulheres negras comecemos a criar nossos próprios referenciais deixando de olhar o mundo pela ótica do homem tanto o negro quanto o branco ou pela da mulher branca. O sentido da expressão criar nossos próprios referenciais é que queremos estar lado a lado com as(os) companheiras(os) na luta pela transformação da social, queremos nos tornar porta-vozes de nossas próprias ideias e

²⁰ Tomo o IX Encontro Nacional Feminista de 1987 em Garanhuns, Pernambuco como um grande marco, pois esse foi realizado com fortes pressões e críticas das mulheres negras sobre a ausência da questão racial nos debates desenvolvidos no Encontro. Foi a partir dele que as mulheres negras optaram por realizar o Encontro Nacional de Mulheres Negras.

necessidades, enfim queremos uma posição de igualdade na luta” (Ribeiro, 1995, p. 455).

É notável que algumas pautas das mulheres negras continuam até hoje, por exemplo, o legado da escravidão, a imagem da mulher disponível, políticas públicas de saúde focadas em doenças que atingem apenas a população negra, a falta de acesso a educação e a dificuldade de ocupar empregos que possam melhorar a qualidade de vida dessas mulheres devido a falha educacional. Além disso, o processo de genocídio da população negra autorizado e realizado pelo Estado acentua mais uma bandeira, a qual é incluída pelas mulheres negras, pois entendem a necessidade de militar pelo fim do extermínio dessa população que é violentada e morta desde a invasão de seu território.

Porém, uma forma de resistência que a população negra, em geral, e as mulheres negras, em particular, tem encontrado para enfrentar o modelo ocidental de sociedade está principalmente nos conteúdos que as redes sociais oferecessem. Apesar da internet não ser um meio de comunicação acessível a todos, os que conseguem se integrar a essa tecnologia, têm a disponibilidade de encontrar diversos sites, blogs, páginas e fóruns de discussão online que aprofundam o conhecimento sobre as origens africanas, a população negra, o racismo e seus efeitos, além de diversos testemunhos de pessoas que passaram por alguma experiência de opressão ou resistência ao racismo e discriminação.

Acredito que essa facilidade para troca de conhecimentos acrescenta e fortalece os movimentos sociais e principalmente a resistência de mulheres negras. Hoje contamos com diversas cantoras que exaltam a beleza da mulher negra, mantêm algumas críticas ao feminismo hegemônico e sua visão imperialista, além de se posicionarem publicamente como feministas. Se ainda predomina nos meios de comunicação a imagem da mulher negra doméstica, dona de casa, mãe de mais de 2 filhos – quantidade considerada aceitável pela classe média caso seja uma mulher que se preocupa com sua carreira profissional – ou da moradora da favela rainha de bateria da escola de samba da comunidade, agora podemos nos deparar com atrizes como Viola Davis atuando como uma advogada poderosa e professora de uma das melhores faculdades estadunidenses em uma série conhecida mundialmente.

Para fortalecer o movimento, a luta assumiu uma perspectiva internacionalista. Através de movimentos regionais na América Latina, Caribe e com mulheres negras dos países da Europa e dos Estados Unidos, participação em fóruns, conferências e outros eventos voltados para

discussão da mulher negra, a partir de 1990, ano de realização da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, o debate sobre a questão racial pôde ser passado para outros movimentos, governos e a própria ONU a fim de incluir de vez esse tema na agenda política.

Desta maneira, a feminista negra e intelectual dominicana Ochy Curiel (2003) entende que:

“El movimiento de mujeres negras nace articulando “raza”, género, clase y sexualidade como categorías políticas para explicar las realidades de las mujeres negras frente al racismo, sexismo, clasismo y el heterosexismo. La política de identidad ha sido una de las estrategias prioritárias de los grupos y coletivos que se dedican a combatir estos sistemas de dominacion. Consiste en una serie de acciones que buscan reafirmar una subjetividade contextualizada en los efectos de hechos históricos tales como la colonización y la esclavitud que hacen que el “ser negra” sea una situacion desvalorizada, despreciada y muchas veces negada (p. 1)”.

2.1 DIÁLOGO ENTRE OS MOVIMENTOS FEMINISTAS

A partir do contexto desenvolvido, observamos uma discordância em relação ao diálogo realizado entre o feminismo hegemônico e o negro. Desta forma, tentarei atualizar essa discussão através da literatura de pesquisadoras-militantes negras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros e Cláudia Cardoso após o “desligamento” das mulheres negras do movimento feminista. Utilizarei também matérias retiradas de blogs gerenciado por mulheres negras que militam em prol do feminismo. Esse material é uma tentativa de ouvir “vozes” que não são mesmas da produção acadêmica feminista negra, porém de mulheres que com a opressão diária e a facilidade encontrada para escrever e publicar seus questionamentos conseguem fazer posicionamentos bastante atuais.

Partindo do entendimento que o movimento feminista negro só se formou devido à falta de diálogo estabelecida, isso já seria um indício da falta de diálogo entre as mulheres. A autora Lélia Gonzalez afirma que mesmo após a pressão feita pelas mulheres negras para terem suas demandas inseridas na agenda do feminismo, ela mantém suas críticas, pois a questão racial continua sendo tangenciada pelas brancas. De acordo com ela, as militantes brancas acreditam que por terem aparente posicionamento de esquerda, sentem-se incapazes de praticar qualquer forma de opressão com suas irmãs.

Como Sueli Carneiro aponta (2003), para a mulher branca de classe média, militante do direito das mulheres saírem às ruas para ocupar posições de trabalho, que faça sem que se

preocupe com as atividades domésticas, é de interesse de classe manter as mulheres negras em condições inferiores que a levem a ser suas domésticas. Além disso, ter outras mulheres sofrendo uma opressão que não a atinge, colabora para a sua dominação racial, colocando-a como preferência para ocupar postos de trabalho, de esposa, de representação nos meios de comunicação e ser a última opção de abordagem policial quando comparada com mulheres negras.

Elizabeth Viana faz coro a Gonzalez. A autora confirma em seu artigo “Lélia Gonzalez e outras mulheres: pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo” ao dizer que o diálogo estabelecido é distante e parcial, de maneira que esse relacionamento não contribuiu para a superação da opressão de gênero que atinge os dois movimentos. Quando o movimento feminista se limita a relação entre homem opressor e mulher oprimida passa a ser um “feminismo sexista”, que deixa as outras variáveis fora da discussão que ao serem combatidas, libertará as mulheres negras da posição subalterna na sociedade.

Luciane Reis, uma das escritoras do blog *Blogueiras Negras*, escreveu o texto “Porque reverenciamos o 25 de julho, dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha?” para abordar o significado dessa data para as mulheres negras. De uma forma geral, a data representa a comemoração do dia da mulher negra, contrapondo-se ao 8 de março. De acordo com a autora, valorizar essa data é uma forma de resistir à invisibilidade e energizar a emancipação das mulheres negras de um feminismo que “colocava a opressão de gênero como fator opressor prioritário para as mulheres, sem levar em conta as demandas das mulheres negras”. E acrescenta:

“Essa data amplia e fortalece as organizações e entidades de mulheres negras, que vem construindo estratégias para o enfrentamento do racismo e sexismo. Essa não é uma data qualquer para nós mulheres negras, ele significa o rompimento com um feminismo que nunca nos contemplou. Resgata a luta das mulheres negras em diáspora, iniciada ainda na década 70” (Reis, 2014).

Para outra escritora do blog, Viviane de Paula, o pronunciamento da mulher negra não pode ser proferido em qualquer espaço do movimento feminista. De acordo com ela:

“A voz da mulher negra, até mesmo dentro desses movimentos, é silenciada, como se fôssemos dramáticas demais, enxergássemos demais, ouvíssemos demais; contudo, entre tantas, essa é apenas mais uma forma de silenciamento” (Paula, 2014)

Mara Gomes, também escritora do blog, faz um apelo ao escrever sobre as diferenças internas no movimento feminista. A autora coloca a necessidade de se pensar o movimento de

forma ampla, que abranja todas as mulheres e critica as feministas brancas por fecharem os olhos para as demandas das negras e se favorecerem sob sua exploração. Ela comenta:

“Já escrevi anteriormente sobre a necessidade do feminismo negro, por isso vou fechar esse texto exaltando a necessidade da exclusão do feminismo branco burguês. Já passamos da primeira onda feminista há muito tempo e ainda por cima vivemos em um país onde a população negra e mestiça é a maioria, onde brancos não sofrem opressão (porque não existe racismo inverso e branco não sofre opressão em lugar nenhum do mundo) então por que o feminismo ainda é branco no Brasil? Qual é a necessidade de ajudar mulheres brancas burguesas individualmente, por que não todas as mulheres? O feminismo não é somente sobre mulheres brancas, por isso quando você, mulher branca cis de classe média, levantar uma questão sobre feminismo considere as mulheres negras, as mulheres trans, considere as índias, considere as outras mulheres que não nasceram com a sorte de estar em baixo da asa do padrão branco, cis e classe média de sociedade” (Gomes, 2015).

Segundo Sueli Carneiro (2011), atualmente o movimento feminista negro tem conseguido olhares mais atentos para as suas reivindicações, devido à síntese feita das bandeiras históricas do movimento negro e do movimento feminista. Conforme as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, gênero e classe foram expostas no cenário político, o movimento conseguiu enegrecer²¹ por um lado as reivindicações das mulheres e, por outro, promover a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro. Essa nova identidade política contribuiu para que a condição específica do ser mulher negra tivesse maior visibilidade dentro do movimento social.

Carneiro (2002, p. 182) considera a aproximação entre os feminismos importante para a superação das opressões na sociedade, bem como para acrescentar questões variadas que enriquecem o debate dentro do movimento feminista. Segundo ela:

“os documentos da Articulação de Mulheres Brasileiras Rumo a Beijing, de junho e de setembro de 1995, expressam o avanço da questão racial no movimento de mulheres brasileiro e também o crescimento da parceria e solidariedade entre as mulheres negras e brancas” (Carneiro, 2002, p.183)

Em outro texto, Carneiro (2003) mantém seu posicionamento em relação ao diálogo ao afirmar que a pressão realizada pelas mulheres negras fez incorporar de vez a temática de raça no interior do movimento feminista. Ao falar sobre a Plataforma Política Feminista, resultado da Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras, a autora diz:

“representa o coroamento de quase duas décadas de luta pelo reconhecimento e incorporação do racismo, da discriminação racial e das desigualdades de gênero e raça que eles geram. Tal concepção constitui-se em um dos eixos estruturais da luta das mulheres brasileiras. A Plataforma, ao incorporar esse princípio, sela um pacto de

²¹ Segundo Sueli Carneiro, enegrecer o movimento feminista é colocar em pauta as questões relacionadas à raça negra, como, por exemplo, no campo dos mecanismos de seleção no mercado de trabalho que usa o termo “boa aparência” como um dos critérios.

solidariedade e co-responsabilidade entre mulheres negras e brancas na luta pela superação das desigualdades de gênero e entre as mulheres no Brasil” (Carneiro, 2003, p.127).

Concluo então, percebendo o quão necessário o movimento feminista negro foi para que as mulheres negras tivessem mais espaço de fala e discussão. Contar com um movimento em que pudesse encontrar formas de buscar sua ancestralidade, afirmar sua identidade e evitar situações de preconceito para fomentar discussões a partir de novas experiências, fez com que muitas mulheres negras hoje se sintam representadas em um movimento de mulheres, além de serem atuantes do processo de transformação da sociedade que desejam.

O feminismo negro é um movimento pensado e feito por mulheres negras. Isso faz com que as mulheres que participam busquem nele um caminho diferente do que vivem na sociedade. Ele surge para mostrar que as essas mulheres tão oprimidas não estão sozinhas e coletivamente conseguem realizar uma mudança em âmbito pessoal e público.

Seus questionamentos ajudam a transformar vidas. Mulheres que não se viam representadas em campanhas de comercial, novelas, programas de televisão da forma que desejam, por não estarem incluídas no padrão de beleza da sociedade, por exemplo, hoje reconhecem que não são elas que devem perder as marcas das suas raízes em prol desse processo.

Juntas fazem um coro único que põe em cheque o modelo de sociedade opressor em que vivemos. Esse movimento liberta e faz mulheres negras repensarem e desnaturalizem atitudes machistas, opressões e agressivas, sabendo que elas são resultado de uma cultura exclusiva, segregadora e hierarquizada por raça, gênero e classe.

Hoje, o feminismo, caminha como um grande contribuinte para essa mudança social. Sua existência se justifica ao nos deparar com dados como o de homens e mulheres brancos ainda serem maioria nos ensinos superiores. Mulheres negras representam 7,4% da população na extrema pobreza enquanto as mulheres brancas são 3,1% e o homens brancos 2,9% (IPEA, 2013). É ele quem questiona e aponta uma possibilidade de mudança, como ser um forte defensor das cotas raciais.

Foi a militância do feminismo negro que conseguiu incluir o quesito cor nos sistemas de classificação da população no sistema de saúde público. É devido a ele que mulheres negras agredidas fisicamente e verbalmente hoje conseguem sair da sua posição de vítimas e denunciam seus agressores, que em maioria são parentes ou pessoas próximas (IPEA, 2013).

Desta forma, ratifico e defendo o fortalecimento do movimento feminista negro, tendo em vista que é um meio de pressionar, acolher e apontar modificações que nos leve a uma sociedade alternativa.

CONCLUSÃO

A análise dos materiais utilizados permite concluir que o debate sobre as questões raciais no interior do movimento não é unânime, o que pode levar ao não reconhecimento das especificidades das mulheres negras no movimento. Acredito, porém, que o enfrentamento das mulheres negras ao silenciamento e secundarização de suas pautas através dos embates e pressões feitas com as feministas brancas nos congressos e encontros feministas nacionais e mundiais impôs ao feminismo hegemônico que o mesmo comece a ter uma visão diferente.

Ao ter um olhar mais abrangente das mulheres que o compõe e colocando que o mesmo repense suas práticas, o movimento feminista se fortalecerá e ganhará ao lutar por direitos mais ampliados e que possam ser exercidas por todas as mulheres. Desta forma, a questão racial passou a ser, mesmo que tangencialmente, discutida no interior do movimento, o que significa um avanço, ainda que reduzido, para uma conquista de espaço para fala, representação e novas conquistas.

É possível observar que as raízes africanas e seus descendentes, principalmente as mulheres, são de extrema importância para a militância feminina negra. Nomes como Nzinga, Aquatume, Dandara e as próximas autoras militantes que pensam e escrevem sobre o feminismo negro são tidas como referência para que as mulheres negras encontrem inspiração e uma referência de resistência à opressão social que vivem. Nessas mulheres, elas encontram um legado e procuram caminhar no mesmo sentido que estas fizeram antes delas.

O feminismo negro mesmo que com uma maior visibilidade, ainda encontra muitos impasses no interior do feminismo, bem como na sociedade. Como necessita da interseccionalidade para superar suas opressão, fazer a luta de classes e lutar contra o racismo e sexismo é uma tarefa grandiosa e que pede apoio dos companheiros que compartilham desse mesmo desejo. É devido ao não reconhecimento do preconceito internalizado desses parceiros de luta que acreditam estar isentos deles por militar em outros movimentos sociais, que as mulheres negras feministas têm encontrado um de seus maiores embargos.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *A classe-que-vive-do-trabalho*. In: **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negociação do trabalho**. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

BAIROS, Luiza. *Nossos feminismos revisitados*. **Revista Estudos Feministas**, n.2, p. 458-463, 2º sem. 1995.

BARBOSA, Lícia Maria de Lima. *Feminismo Negro: notas sobre o debate norte-americano e brasileiro*. **Fazendo Gênero – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, ago. 2010.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez*. **Revista Estudo Feministas**, v. 3, n.22, p. 965-985, set-dez. 2014.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Salvador, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>

CARLOTO, M. C. (2001). *O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais*. Serviço Social em Revista, 3(2) Disponível em http://www.ssrevista.uel.br/c_v3n2_genero.htm

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>. Acesso em: set. 2014.

CARNEIRO, Sueli. *Gênero e Raça*. In: **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. 34 ed. São Paulo: FCC, 2002

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em Movimento*. **Estudos Avançados**, n. 49, p. 117-132, 2003.

CINTRA, Juliane. *“Agora, você me fez sentir saudades da rua”*: o direito à educação e as mulheres negras na maior penitenciária feminina da América Latina. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2014/04/22/agora-voce-me-fez-sentir-saudades-da-rua-o-direito-a-educacao-e-as-mulheres-negras-na-maior-penitenciaria-feminina-da-america-latina/>. Acesso em set. 2014.

CISNE, Mirla. *Identidade de gênero*. In: **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

- DAVIS, Angela. *Mulher: Gênero, Raça e Classe*. São Paulo: **Plataforma Gueto**, 2013.
- Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, de Olympe Gouges (1971), disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antigos-cria%20da-Sociedade-das-Na%20es-at%201919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>> acessado em: jan. 2016.
- Flora Tristan <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/mulher/13floratristan.htm>> acessado em: jan. 2016.
- GONÇALVES, Andrea Lisly. *Algumas considerações sobre a historiografia sobre as mulheres no Brasil*. In: **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GOMES, Mara. *Por que um feminismo negro?* Disponível em <<http://blogueirasnegras.org/2013/06/13/feminismo-negro/>> Acessado em: jun. 2014
- GOMES, Mara. *Não somos todos iguais*. Disponível em <<http://blogueirasnegras.org/2015/02/23/nao-somos-todos-iguais/>> Acessado em: jun. 2014
- HALL, Stuart. *Que “negro” é esse na cultura negra?* In: **Da diáspora: Identidade e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- HIRATA, Helena. *Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais*. **Revista de sociologia da USP**, v. 26. n.1, pp 61-73, jun. 2014.
- HIRATA, Helena. *Universalismo e particularismo*. In: **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.
- JOHSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia*, Zahar Editora, 1995
- Mary Wollstonocraft <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mary_Wollstonecraft> acessado em: jan. 2016.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Raça e classe*. In: **Cotas, Raça, Classe e Universalismo**. Rio de Janeiro, 2007.
- MENEGHEL. S. N; FARINA, Olga; RAMÃO. S.R. *Histórias de resistência de mulheres negras*. **Revista de Estudos Feministas**, v. 3, n.13, p. 567-580, set-dez, 2005.
- MIGUEL, Luis Felipe. *O feminismo e a Política*. In: *Feminismo e Política*. 1 ed. São Paulo: Bofempo, 2014

MIGUEL, Luis Felipe. *A identidade e a Diferença*. In: *Feminismo e Política*. 1 ed. São Paulo: Bofempo, 2014

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

OLIVEIRA, M. L. P.; MENEGHEL, S. N.; BERNARDES, J. S. *Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial*. **Revista Psicologia & Sociedade**, v.2, n.21, p.266-274, 2009.

PAULA, Viana de. *Vocês veem preconceito em tudo”: o silêncio da mulher negra nos movimentos feministas*. Disponível em <<http://blogueirasnegras.org/2014/12/22/voces-veem-preconceito-em-tudo-o-silencio-da-mulher-negra-nos-movimentos-feministas/>> Acessado em: jun. 2014

RAIMUNDO, V. J; GEHLEN, Vitória; ALMEIDA, Daniely. *Mulher Negra: inserção nos movimentos sociais feministas e negro*. Disponível em <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/valdenice.pdf>> Acessado em: ago. 2015.

REIS, Luciane. *Porque reverenciamos o 25 de julho, dia da Mulher-Afro-latino-americana e Caribenha?*. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2014/07/24/porque-reverenciamos-o-25-de-julho-dia-da-mulher-afro-latino-americana-e-caribenha/>> Acessado em: nov. 2014.

RIBEIRO, Matilde. *Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing*. **Revista Estudos Feministas**, n.2, p. 446-457, 2º sem. 1995

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Violência contra a mulher e violência doméstica*. In: **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. 34 ed. São Paulo: FCC, 2002

SARTI, Cynthia Andersen. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*. **Revista Estudos Feministas**, v.2, n.12, p.35-50, maio-ago, 2004.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. *Feminismo Negro Diaspórico*. **Revista Gênero**, v. 8, n.1, p. 11-26, 2. Sem. 2007.

Simone de Beauvoir <http://www.e-biografias.net/simone_de_beauvoir/> acessado em: jan. 2016.

SOARES, Cintia. *Heroínas Negras-20 de Novembro*. Disponível em < <http://www.geledes.org.br/heroínas-negras-20-de-novembro/>> Acessado em: jun 2014

SODRÉ, Michele. *Mais Feminismo Negro*. Disponível em < <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-de-genero/16688-mais-feminismo-negro>> Acessado em: jun. 2014.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. *Lélia Gonzalez e outras mulheres: pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo*. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, p. 53-63, mar-jun. 2010.